

BOLETIM DO SINDICATO

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema



ESPECIAL EDUCAÇÃO



TODO DIA É DIA DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO!

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL ESTA SOB ATAQUE, E PODEMOS ESCOLHER DOIS CAMINHOS. UM DELES É ASSISTIR O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Com condições cada vez mais precárias de trabalho aumentam os casos de depressão, síndrome do pânico, stress, esgotamento físico e psicológico.

Os/as servidores/as realizam o seu trabalho enfrentando todos os tipos de problemas: da falta de equipamentos, materiais de higiene, assaltos, insegurança dentro das escolas e nas imediações do trabalho, até agressões. A população, muitas vezes, descarrega naqueles que estão na linha de frente do atendimento, sua revolta com tanta má gestão, descaso e desrespeito com serviço público da nossa cidade.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação estão sendo submetidos à violência cotidiana: jornadas de trabalho excessivas, assédio moral, falta de material pedagógico, livros, falta de segurança dentro e fora dos equipamentos, além da falta de reajuste salarial e ameaças na previdência e no IPRED. É um cotidiano de precarização e desrespeito.



O OUTRO CAMINHO É, COM UNIDADE E ORGANIZAÇÃO, LUTARMOS PELOS NOSSOS DIREITOS E CONTRA O RETROCESSO, A FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO, O ASSÉDIO MORAL E O DESRESPEITO COTIDIANO.

A situação é grave! Esse ano termina a lei do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) que é o principal recurso da educação básica no Brasil, sem ele a continuidade do atendimento nas escolas públicas de Diadema e do Brasil estarão comprometidos, prejudicando diretamente a nós servidores da educação, alunos (as) e toda a sociedade.

O começo dessa luta já tem dia marcado: **18 DE MARÇO**. Nesse dia faremos uma grande paralisação nacional, deflagrada pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), em defesa da educação pública, democrática, universal, gratuita e laica, e também em defesa do FUNDEB.

SÓ A LUTA PODE MUDAR ESTA SITUAÇÃO. 2020 JÁ COMEÇA COM MOBILIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DE UM GRANDE MOVIMENTO UNIFICADO DA CATEGORIA EM DIADEMA. NESSE SENTIDO, NO DIA 28 DE FEVEREIRO ESTAMOS CONVOCANDO UMA GRANDE PLENÁRIA DA EDUCAÇÃO, VAMOS NOS PREPARAR E ORGANIZAR PARA DAR UM BASTA NESTA SITUAÇÃO E CONQUISTAR DIREITOS NEGADOS, CONDIÇÕES BÁSICAS DE TRABALHO E RESPEITO PROFISSIONAL. JUNTOS/AS SOMOS FORTES!



VOCÊ TEM MUITOS MOTIVOS PARA LUTAR!

PELO REAJUSTE SALARIAL!

O Prefeito Lauro Zero se recusa a dar o reajuste salarial de 2019. Isto é inaceitável, pois é um direito de todo trabalhador não ter o salário corroído pela inflação.

Desde 2005, acumulamos 113% de reajuste salarial. Para você ter uma ideia, o salário-base de um servidor da referencia 2 em janeiro de 2005 era R\$ 597,12 e atualmente é R\$ 1272,60.

Não vamos aceitar reajuste ZERO. O Prefeito só entende uma linguagem: mobilização e greve!



PELO IPRED E A APOSENTADORIA DIGNA!

O prefeito *caloteiro*, além de arrochar os salários, precarizar as condições de trabalho, quer acabar com o IPRED.

No apagar das luzes de 2019, dia 12 de dezembro, enviou um projeto de lei para a Câmara suspendendo o pagamento da alíquota suplementar do IPRED em 2019 e 2020. Mas não conseguiu porque Sindicato e trabalhadores/as unidos impediram mais este ataque. Além disso, o governo Bolsonaro quer impor a Reforma da Previdência aos estados e municípios, aumentando a alíquota do servidor de 11% para 14% podendo chegar a 22%. Quer também aumentar o tempo de contribuição e reduzir o valor da aposentadoria. **Este ano a luta tem que ser ainda mais forte.**



ATENÇÃO EDUCAÇÃO

PLENÁRIA SETORIAL DA EDUCAÇÃO

28/02, 6ª FEIRA, ÀS 18H30, NO SINDEMA

SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL

SÓ A LUTA MELHORA A VIDA DE QUEM TRABALHA.

VOCÊ TEM MUITOS MOTIVOS PARA LUTAR!

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, PELO CUMPRIMENTO DA LEI DO 1/3 DA JORNADA E DOS DIREITOS PREVISTOS NO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO!



A Administração Municipal tem PRECARIZADO o trabalho docente e inviabilizado direitos. É o caso dos/as professores/as da rede que suplementam a jornada de trabalho: primeiro foi a mudança nas regras e calote no pagamento do 1/3 de férias e do salário sobre a média da jornada suplementar, no final de 2017 e início de 2018, depois foi corte de jornada suplementar nos afastamentos de doença e a tentativa de repetir o mesmo feito “nos casos de acidente de trabalho” – situação revertida pela atuação do Sindicato e por fim a tentativa frustrada pelo nossa mobilização, de modificar a forma de apontar a Hora Aula que complementa a Jornada Suplementar para impor mais prejuízos aos professores e professoras.

A recorrente divisão dos/as alunos/as nas salas de aulas afeta todos os segmentos da Educação.

As mudanças de forma impositiva e arbitrária, na atribuição das salas da Educação Infantil, tem “reservado”, a atribuição da segunda vaga do minigrupo à suplementação, contrariando o que prevê nosso Estatuto.

A “reorganização” promovida na Educação de Jovens e Adultos tem atingindo os/as professores/as desse segmento, causando desorganização e precarização do serviço e o fechamento de salas.

Na Educação Básica Especial, falta uma política clara de in-

clusão dos alunos/as, falta professores/as de Educação Especial para atender o crescimento da demanda, faltam critérios para compatibilização das vagas de inclusão na sala de aula, faltam estagiários para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Isso sem contar que mesmo com determinação favorável da Justiça, que obriga a aplicação da jornada de 1/3 por parte da Prefeitura, ainda não temos previsão de quando esse direito será garantido a todos/as.

Em decisão da Justiça em maio de 2019, o Juiz da Vara da Fazenda Pública fixou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis para que a Prefeitura Municipal de Diadema regulamente e implemente a jornada de trabalho das professoras e dos professores do Município, segundo o disposto na Lei Federal n.º 11.738, de 16/07/2008. O Prazo termina em 10 de fevereiro!

Nesse cenário de ataque aos nossos direitos, uma das nossas tarefas mais importantes é a defesa da Educação Pública Municipal em Diadema e dos direitos garantidos no Estatuto do Magistério. Nesse cenário de ataque aos nossos direitos, uma das nossas tarefas mais importantes é a defesa da Educação Pública Municipal em Diadema e dos direitos garantidos no Estatuto do Magistério.

JUNTOS/AS SOMOS MUITO FORTES!

EXIGIMOS SALÁRIOS DIGNOS, MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESPEITO AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO!



EM DEFESA DOS DIREITOS DOS/AS SERVIDORES/AS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO!

Os/as trabalhadores/as não docentes que atuam na Educação constituem um contingente importante de servidores/as, que recebem baixos salários, trabalham em condições precarizadas e não têm valorização profissional.

Desde 2016, os/as Agentes de Cozinha, que garantem a alimentação dos alunos e alunas de toda a rede municipal de Educação e recebem os mais baixos salários de toda a Prefeitura de Diadema, aguardam o enquadramento na referência salarial 2.

Embora o Governo tivesse se comprometido em enviar projeto de lei à Câmara para corrigir essa injustiça em agosto de 2016, **até hoje não cumpriu sua promessa**. Temos ainda nas Escolas Municipais muitos/as Agentes de Serviços de Cozinha I contratados/as de forma precária, sem direitos, por RPA.

Se a vida nas cozinhas das escolas da rede municipal tem pesado como um fardo para os Agentes de Serviços de Cozinha, para os Agentes de Serviços e trabalhadores da Frente de Trabalho a situação não é diferente. Atualmente são apenas cerca de 130 Agentes de Serviços e Agentes de Serviços Gerais lotados na Secretaria de Educação. Na medida em que vão se aposentando, vão sendo substituídos pelos trabalhadores precarizados da Frente de Trabalho – hoje 260 Bolsistas da Frente de Trabalho estão vinculados a Educação e se dividem para a realização de pesadas tarefas, da limpeza de salas, banheiros e pátios, dando conta das 62 escolas municipais e da sede da SEMED.

Na parte Administrativa também faltam funcionários e sobra trabalho. São apenas 85 Agentes Administrativos/as lotados/as na Secretaria de Educação que atendem as 62 Escolas Municipais, os vários Departamentos e Gabinete da Secretaria. Os/as Agentes Administrativos/as, que estão inseridos/as nas escolas estão esquecidos/as pela gestão, pois mesmo todos sabendo qual a sua real função e o quanto são importantes, continuam sendo desvalorizados e relegados ao papel de meros coadjuvantes no processo escolar.

Vamos continuar lutando pela realização de concurso público para todos os cargos, modificando essa relação precária de trabalho nas escolas, qualificando as condições dos/as trabalhadores/as, e atendimento a comunidade escolar.

POR CONDIÇÕES BÁSICAS DE TRABALHO E CONTRA O ASSÉDIO MORAL!

Na Educação, a falta de condições de trabalho é geral e afeta a todos os/as trabalhadores/as. Agentes de Cozinha tem feito “vaquinha” para comprar aventais que são obrigadas a utilizar durante o manuseio e preparo de alimentos, além de muitas vezes adquirirem itens básicos como detergente. Tem Escola Municipal que não tem geladeira para armazenar alimentos perecíveis, o fogão não funciona e os alimentos são armazenados em depósitos sem ventilação. Nas creches, os profissionais se depararam com a falta de material de higiene pessoal, como sabonete líquido, luvas e toalha de papel. As brinquedotecas e bibliotecas são mantidas com materiais doados por professores e pais. Para realizar a limpeza adequada, em várias escolas diretores e agentes de serviços compram material de limpeza. Falta material de uso coletivo e material de escritório.

Os/as servidores/as estão expostos às situações de risco constante em grande parte dos equipamentos municipais, já que banheiros, refeitórios, cozinhas, salas de aula, quadras, pátios externos estão em condições precárias, com vazamentos de água, tetos desabando, paredes esburacadas, infestação de pombos, fiações elétricas antigas e em péssimas condições de conservação. Além da falta de condições de trabalho, a insegurança nos equipamentos públicos municipais só aumenta, servidores são assaltados na entrada das escolas e carros roubados ao adentrar no estacionamento.

Soma-se à insegurança, a falta de condições e sobrecarga de trabalho, a violação dos direitos, a agressão psicológica, já que servidores/as acabam sendo pressionados por suas chefias em casos cada vez mais constantes de assédio moral.



Esclareça suas dúvidas. Agende uma conversa com o Sindicato na sua escola! Combine um horário com seus colegas de trabalho e entre em contato com o SINDEMA no telefone 4053-2930.

SÓ A LUTA MELHORA A VIDA DE QUEM TRABALHA.

Assembleia da Educação - Eleição dos Conselheiros do FUNDEB

O SINDICATO CHAMOU E A CATEGORIA RESPONDEU COM GRANDE PARTICIPAÇÃO. PRECISAMOS DEFENDER O FUNDEB!

Na Assembleia Setorial da Educação convocada pelo SINDEMA e realizada no dia 13 de dezembro de 2019, foram eleitos/as os/as seguintes representantes dos/as professores/as e administrativos/as das escolas municipais para o CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

- Professor Titular: **Willian Martins dos Santos**, Professor de Educação Básica I, lotado na EM Inspetor Reinaldo Piró
- Professora Suplente: **Mirtes Bueno de Freitas**, Profa. Educação Especial, lotada no CAIS
- Administrativo Titular: **Alex João de Brito**, lotado na EMEB Tom Jobim.
- Administrativo Suplente: **Jonas Tavares de Souza**, lotado na EMEB Aurélio Buarque de Holanda.

Vamos acompanhar de perto as ações do CACS!



SOBRE O FUNDEB

HISTÓRICO E NATUREZA DO FUNDEB

- Criado em 2006 (EC 53/2006) – passou a vigorar em janeiro de 2007.
- Substituiu o FUNDEF (que só atendia o ensino fundamental) e passa a atender toda a educação básica (creche ao ensino médio).
- Se constitui em uma subvinculação dos recursos vinculados da educação (art.212 da CF de 1988).
- Trata-se de um fundo composto por 27 fundos estaduais, com complementação federal.

SOBRE OS RECURSOS DO FUNDEB

- As transferências da União para os Estados e Municípios saltaram de 465 milhões de reais em 2006 para 14,5 bilhões de reais em 2019.
- Os estados transferem para os municípios em torno de 22 bilhões de reais. O fim do FUNDEB traria uma grave situação para o financiamento da educação municipal.
- Ainda que os recursos para a educação básica tenham tido um crescimento importante, eles são insuficientes e não contemplam a reivindicação histórica do Custo Aluno Qualidade – CAQ.

O QUE ACONTECE COM O FIM DO FUNDEB?

- A maior parte das redes de ensino estaduais e principalmente municipais entrará em colapso.
- Hoje, o FUNDEB é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica brasileira (mais de 156 bilhões de reais ou 2,3% PIB).

- Mais de 3.500 municípios recebem receitas do FUNDEB (inclusive de SP).
- Não haverá recursos para a manutenção da política salarial dos profissionais da educação.

NECESSIDADE DE UM NOVO FUNDEB – PERMANENTE E COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO

- Atualmente, a União participa da complementação com apenas 10% do total dos fundos. As PECs no Congresso indicam a necessidade de 40%.
- O Governo Federal ainda não se movimentou para propor a renovação do Fundo. A esperança vem do Congresso Nacional.
- O FUNDEB deve se constituir no verdadeiro pacto federativo em torno da educação pública.

POR QUE AUMENTAR OS RECURSOS DA UNIÃO NO FUNDEB?

- Políticas de investimento:
- CAQ e sistema híbrido de distribuição.
- Piso e carreira para todos os profissionais.
- Maior qualidade e equidade num sistema de matrículas altamente municipalizado.
- Atendimento universal das matrículas obrigatórias (4 a 17 anos).
- Aumento do atendimento em creches e EJA (quase 80 milhões de jovens e adultos no Brasil ainda não concluíram a Educação Básica).
- Combate ao analfabetismo literal e funcional.



CONVÊNIO ELAHP

ESCOLA LATINO-AMERICANA DE HISTÓRIA E POLÍTICA - ELAHP

CURSOS LIVRES DE FORMAÇÃO

- 40% de desconto em qualquer curso para Associados do SINDEMA
 - 20% de desconto para integrantes da categoria
- *enviar comprovante para matricula@elahp.com.br

www.elahp.com.br



JUNTOS/AS SOMOS MUITO FORTES!



GOVERNO NEGA DIREITO AOS/AS PROFESSORES/AS NA ESCOLHA DO MINI-GRUPO

No dia 30/01 estivemos junto com professores e professoras da rede municipal reivindicando que a Secretaria de Educação cumpra o que determina o Estatuto do Magistério, e garanta o direito de escolha aos/as Professores/as à 2ª vaga dos mini grupos das Creches, na atribuição de salas que aconteceu na segunda-feira (03/02).

De acordo com o Parágrafo Único do art. 69 da LC 353/12 (Estatuto do Magistério), a atribuição de salas será realizada respeitando a ordem assim estabelecida, conforme abaixo.

Parágrafo Único - O processo de atribuição de classes, aulas e turnos a que se refere o caput, será realizado em fases sequenciais, observada a seguinte ordem e os seguintes locais:

I - Fase I, no âmbito da unidade escolar para os docentes titulares nela lotados, e em relação a:

- a) respectiva docência em classes vagas;
- b) regência em classe disponível para professores excedentes;
- c) função de substituto no próprio turno de trabalho em substituições de até 30 (trinta) dias;

III - Fases V e VI, no âmbito da unidade escolar para professores titulares nela lotados, na ordem das alíneas abaixo, possibilitando-lhes:

- a) a reatribuição de classes sem mudança do turno de trabalho;
- b) a suplementação da jornada de trabalho para as classes disponíveis ou aulas vagas;

Em relação às vagas destinadas a suplementação de jornada, estas só serão disponibilizadas na unidade escolar após a atribuição das fases anteriores, ou seja, somente após professores/as titulares, excedentes e substitutos/as atribuírem salas. Visto isso, destinar vagas de suplementação antes que ocorra a Fase I, transgredir o direito, assim estabelecido pelo estatuto, do/a professor/a atribuir sala na ordem classificatória em que lhe foi conferida.

Diante dos motivos apresentados, o Secretário de Educação Carlos Augusto Manoel Vianna definiu por desrespeitar o que prevê o Estatuto, os/as professores/as que estiveram lá presentes, relatando os problemas vividos no decorrer do ano de 2019 com essa medida.

Na ausência de comunicado oficial por parte da Secretaria de Educação, a diretoria do SINDEMA em caráter de urgência, solicitou reunião setorial da Educação, que aconteceu no dia 03/02, às 15h, mesmo dia que aconteciam as atribuições das turmas nas escolas. Nessa reunião, eles reafirmaram o ataque ao Estatuto e os Direitos aos/as Professores/as.

A posição da diretoria do SINDEMA é de total indignação com o ocorrido, quando o Governo desrespeita o Direito dos/as Trabalhadores/as, quando ele ignora o que diz a Lei que regulamenta o Magistério em Diadema, ele fere aquilo que é mais precioso para o/a trabalhador/a, seus Direitos e suas conquistas históricas.

Continuaremos mobilizados/as em defesa da Educação Pública. Apenas a Luta garante direitos!

#juntossomosfortes #Nenhumdireitoamenos

VOCÊ É SÓCIO(A) DO SEU SINDICATO?


É fácil e rápido se filiar ao sindicato: entre em contato conosco que iremos até seu local de trabalho ou se preferir, preencha o formulário de filiação no site sindema.org.br link SINDICALIZE-SE. Qualquer dúvida, entre em contato conosco: 4053-2930. Você depende do sindicato, e o sindicato depende de você, para termos mais força nas negociações e conquistarmos mais. A sindicalização é individual! A luta é coletiva! As conquistas são para todos/as!



EXPEDIENTE BOLETIM DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: José Aparecido da Silva – Neno (Presidente), Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Roseli Aparecida de Souza, Shedd Pegáz, Ana Maria da Silva Santos, Estela Baptista da Silva, Ritchie Soares Barbosa Martins, Florípes de Aguiar Kikute, Rubens Xavier Martins, Jandyra Massue Uehara Alves, Mislene Inocêncio Pereira, Maria Aparecida Alves Campos, Domingos Tomaz de Souza, Zildete Mendes da Silva, Daniel Gonçalves da Costa, Edneia Aparecida da Silva Andrade, Maria Aparecida de Morais Ribeiro, Dario Felix da Silva, Maria do Socorro Barbosa de Mesquita, Willian Aguiar do Prado, Renilva Mota Ferreira, Benedito de Oliveira Lima, Ana Paula do Rosário Luiz, Rafael Demarchi Rodrigues. **Conselho Fiscal:** Renata de Augusto Lima, Ana Lúcia de Abreu, Antônio Carlos Gonzaga. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Robson de Carvalho, José Maria da Silva Pereira, Cleia Cristina Luzia Neme.

Edição: Denise Santos **Diagramação:** Anita Garibaldi / Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP) **Colaborou:** Jandyra Uehara Alves

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br  [/sindema.org](https://www.facebook.com/sindema.org)